

Nossos credores satisfeitos. Vêm aí US\$ 3 bilhões.

A aprovação do 2.065 teve efeito fulminante sobre os bancos: o coordenador da negociação anuncia grande adesão ao empréstimo-jumbo ao Brasil.

O governo, otimista: 1984 será melhor.

Era evidente, ontem, o alívio do governo depois da aprovação do 2.065. O presidente Figueiredo considerou "muito importante" a decisão, ressaltando que "o Congresso deu ao governo o instrumento necessário para que sejam concluídas as negociações com os banqueiros internacionais e o FMI". Ele afirmou, ainda, que agora as perspectivas para 1984 são bem melhores, praticamente sem problemas em termos de negociações financeiras internacionais.

Essas declarações de Figueiredo ao deputado Henrique Córdova, do PDS de Santa Catarina são praticamente iguais a um dos principais negociadores da dívida brasileira, o ministro Ernane Galvães. O ministro disse que a situação da negociação com o FMI e a comunidade bancária internacional ficou muito melhor com a aprovação do decreto. E Galvães, otimista, previu que até dezembro os bancos antecipam US\$ 3 bilhões dos US\$ 6,5 bilhões de recursos novos solicitados para o ano que vem.

A aprovação do 2.065, conforme o ministro da Fazenda, produziu dois efeitos importantes: aliviou bastante as tensões internas e os graus de incerteza gerados pela indefinição em torno do resultado da votação do decreto-lei. Ele assinalou que, na área externa, o efeito mais importante é o significado do respaldo político que o PDS deu à política econômica governamental.

O ministro da Fazenda comentou ainda que o 2.065 ajudará grandemente no combate à inflação, mas assinalou que é preciso um esforço continuado dos elementos de política monetária e fiscal, "cuja maior parte está implementada". Galvães manifestou ainda sua confiança no declínio da inflação na virada de 83/84, a partir de quando acredita que ele caíra realmente de forma acelerada.

Viagem de Delfim

O senador Roberto Campos (PDS-MT) também lembrou, ontem, após um encontro com o ministro do Planejamento, que com a aprovação do Decreto-Lei nº 2.065



Figueiredo e Delfim, contando com os dólares para o ano que vem.

pelo Congresso "Delfim poderá viajar bem mais equipado, porque leva na bagagem um ato avaliado pelo Legislativo", referindo-se à viagem do ministro a Nova York para nova rodada de conversações com os dirigentes do FMI.

Roberto Campos acrescentou, porém, que a expectativa da comunidade financeira internacional não está voltada apenas para a solução ou definição de uma política salarial do País, pois o que os credores esperam é a adoção de medidas adicionais para combater a inflação. "A definição de uma política salarial" — frisou o senador Mato-grossense — "por si só é um instrumento fundamental para combater a inflação, mas ela não é o elemento decisivo".

Ele acredita que o Congresso Nacional já está consciente de que o setor privado "está exausto" e que, por isso, o próximo passo a ser dado é "cortar um pouco mais a gordura das empresas estatais e repassar maior volume de recursos para o setor produtivo privado". Por isso, considera válida a estratégia adotada para a aprovação do 2.065, com o acordo PDS-PTB, para resolver o problema dos gastos das empresas estatais.

O bolo salarial

O ministro do Trabalho, Murilo Macedo, por sua vez, informou que a aprovação do Decreto-Lei nº 2.065

representa um acréscimo mensal de Cr\$ 130 bilhões da folha salarial do País, em relação ao fixado nos Decretos-Leis nºs 2.045 e 2.064, que limitavam ainda mais os reajustes salariais. O bolo salarial cresceu de 80%, para 87,5% e o acréscimo equivale a mais de um trilhão e meio de cruzeiros por ano. "Isto significa que a massa salarial cresceu, beneficiando, desta vez, não só os trabalhadores de menores salários, mas também a classe média" — afirmou o ministro.

Agradecimentos

Os 235 deputados do PDS, os 10 petebistas que votaram pela aprovação do Decreto-Lei nº 2.065 e também a presidente do PTB, Ivete Vargas, receberam telegrama do líder do governo, deputado Nelson Marchezan, de agradecimento à participação de cada um na "significativa vitória", após quase 10 horas de sessão do Congresso.

O PDS e o Planalto têm razão para ficar reconhecidos aos esforços dos deputados e senadores que conseguiram resistir às manobras obstrucionistas do PMDB, do PDT e do PT. Do PDS ninguém faltou à votação final do "decretão" — a exceção dos senadores Dinarte Mariz, em Londres para ser operado e, Nilo Coelho, até então lutando contra a morte. Do PTB, três deputados não votaram: Ivete Vargas e Farabulini Júnior, por motivos de saúde e, Jorge Cury, por motivos políticos.

O presidente em exercício do PTB, deputado Ricardo Ribeiro (SP), informou ontem, em Brasília, que submeterá ao diretório nacional do partido a posição do deputado Jorge Cury (PTB-RS), que contrariou decisão oficial, não votando a favor do Decreto-Lei nº 2.065, o que poderá implicar perda de mandato.

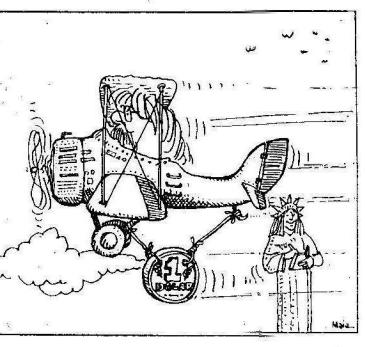
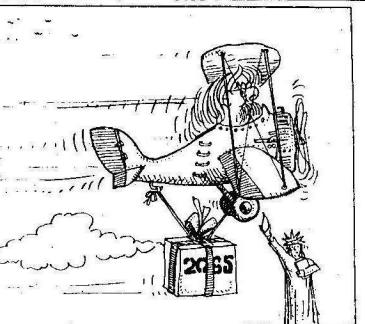
O presidente Figueiredo e o ministro Leitão de Abreu também ficaram reconhecidos pela atuação do bloco PDS-PTB. O presidente da República telefonou à deputada Ivete Vargas, hospitalizada em São Paulo, agradecendo a colaboração do PTB.

A aprovação do Decreto-Lei nº 2.065 pelo Congresso teve um impacto dramático e imediato no sistema bancário internacional. A constatação é do nosso correspondente nos EUA, John Alius, que ouviu ontem à noite, do presidente do comitê de assessoramento à renegociação da dívida brasileira, William Rhodes, a informação de que já "existem 3 bilhões de dólares prometidos para o novo empréstimo-jumbo".

Isto indica que somente ontem, os bancos dos EUA e de outros países acrescentaram 1,5 bilhão aos recursos que já tinham sido assegurados anteriormente, uma vez que, antes da aprovação do 2.065, apenas 1,5 bilhão de dólares estavam garantidos, e isso principalmente por parte de bancos cujos compromissos com o Brasil são tão grandes que se sentiram obrigados a conceder novos empréstimos para proteger os investimentos.

Para aproveitar o bom ambiente criado pela aprovação do decreto-lei, as autoridades econômicas brasileiras já se preparam para iniciar uma nova rodada de negociações internacionais, que esperam seja a definitiva. O ministro do Planejamento, Delfim Neto, por exemplo, poderá viajar amanhã para os EUA, com o objetivo de encontrar-se com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, autoridades norte-americanas e banqueiros norte-americanos e banqueiros norte-americanos.

O ministro da Fazenda, Ernane Galvães, por sua vez, confirmou ontem sua presença na reunião com o Clube de Paris, nos dias 2 e 23 próximos, na capital francesa, para definir a renegociação da dívida vencida e a vencer, no período de agosto deste ano a dezembro de 1984, no valor de US\$ 2,264 bilhões, com instituições financeiras governamentais. A idéia é pagar esses



débitos em nove anos, com quatro de carência.

Negociação

Já o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, irá mesmo amanhã à noite para Washington, levando os últimos números do déficit do setor público e da taxa inflacionária, para discutir com os técnicos do Fundo. O trabalho, que envolve todas as discussões realizadas a nível ministerial e técnico, nos últimos dias, sob a liderança do ministro do Planejamento, mostrará que, a despeito da explosão inflacionária ocorrida no último quadrimestre, e da expectativa da manutenção de taxas elevadas nos dois últimos meses do ano, o déficit operacional (real, desconhecido a inflação) deverá situar-se no

limite negociado em julho com o Fundo: 2,7% em relação ao PIB.

Todavia, o déficit nominal, ajustado para Cr\$ 19.350 bilhões no acordo com o FMI, ultrapassará este valor, em montante que dependerá ainda do comportamento da inflação, correção monetária e cambial, nos meses de novembro e dezembro.

Enquanto a viagem do presidente do Banco Central, que vai aos Estados Unidos juntar-se a dois dirigentes do banco que lá se encontram desde o início da semana, tem o objetivo de discutir problemas no nível técnico, a do ministro do Planejamento, se confirmada, terá caráter político, e se destinará a conversações de alto nível — diretamente com o diretor-gerente do FMI, o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos e os banqueiros internacionais — para dirimir possíveis obstáculos ao fechamento das negociações com o Fundo, na reunião do board do próximo dia 18.

Dólar

A aprovação do 2.065, que chegou a ser citada pela agência Reuters como um dos fatores do relativo refreamento observado ontem na valorização do dólar, foi recebida com entusiasmo pelos banqueiros norte-americanos, que saudaram-na como a primeira investida concreta do governo brasileiro contra a inflação. Na Europa, entretanto, a notícia foi recebida com mais frieza.

Segundo informa Alberto Tamer, de Londres, os banqueiros ingleses, por exemplo, já previam essa solução após o anúncio do acordo PDS-PTB. Mas, apesar de concordarem que a medida vai facilitar a aprovação do novo empréstimo-jumbo, lembram que ela, por si só, não será um elemento de convencimento daqueles que já haviam se decidido a não participar.

Mais US\$ 1 bilhão para o Brasil. Do Banco Mundial.

O Banco Mundial deverá aprovar, dia 3 de dezembro, a concessão de dois empréstimos de US\$ 500 milhões cada um ao Brasil, segundo informou ontem em Brasília o secretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional do Ministério do Planejamento, José Boatafogo Gonçalves.

O desembolso dos recursos ocorrerá nos próximos três ou quatro anos e será utilizado em projetos de distribuição de energia elétrica e de eletrificação rural.

De acordo com os entendimentos mantidos na semana passada, em Washington, Boatafogo Gonçalves previu que a contratação de mais US\$ 1 bilhão acontecerá na segunda quinzena de dezembro, com o ingresso de US\$ 20 a 30 milhões ainda este ano. Como tomadores dos empréstimos, aparecerão nos contratos a Eletrobrás e os governos de Minas Gerais e Paraná.

O assessor do Planejamento explicou que o Brasil mantém negociações contínuas com o Banco Mundial para a obtenção de novos financiamentos, com a contratação

média de US\$ 1 bilhão por ano. Ao final do primeiro semestre deste ano, o País tinha obtido junto às entidades internacionais — sobretudo Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial e sua subsidiária, International Finance Corporation — US\$ 4,01 bilhões, equivalentes a 5,3% da dívida externa registrada de US\$ 76,38 bilhões.

O Banco do Brasil já concluiu o detalhamento técnico para iniciar a utilização do financiamento de US\$ 1,5 bilhão aberto pelo Eximbank norte-americano. Em Nova York, o diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, o vice-presidente de Operações Internacionais e o diretor de Operações Externas do Banco do Brasil, Eduardo de Castro Neiva e Antônio Machado de Macedo, respectivamente, continuam a buscar o comprometimento formal dos banqueiros com a manutenção do atual nível de US\$ 10 bilhões de crédito comercial e de US\$ 6 bilhões de linhas interbancárias.

As conversações mantidas desde ontem por Serrano, Neiva e Ma-

cedo — além do chefe do Departamento de Operações Internacionais do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, em Nova York desde a semana passada — não envolvem o desembolso de novos recursos pelos bancos privados para as linhas comerciais e interbancárias.

Fonte do Banco Central explicou que as autoridades brasileiras só querem ter a tranquilidade de que, nos próximos 12 meses, os bancos manterão mesmo os recursos à disposição do País, ao contrário do que ocorreu, ao longo do primeiro semestre deste ano, quando os depósitos interbancários a favor das agências dos bancos nacionais no Exterior caíram de US\$ 9,4 bilhões para US\$ 6 bilhões.

Caso ocorra o esperado ingresso dos restantes US\$ 1,72 bilhão do Jumbo de fevereiro e mais a antecipação de US\$ 3 bilhões do novo empréstimo de US\$ 6,5 bilhões, ainda este ano, o técnico do Banco Central disse que haverá o imediato repasse aos órgãos da administração direta e indireta dos Estados e da União, dentro da prioridade já estabelecida pela Sest.